



A CIRCULAÇÃO DA CIÊNCIA DA LINGUAGEM NO JORNALISMO CIENTÍFICO BRASILEIRO

Eliana Rosa Sturza<sup>1</sup>  
Andréa F. Weber<sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta uma discussão sobre as formas de divulgação jornalística de diferentes áreas da ciência no Brasil. Com o intuito de investigar como as Ciências da Linguagem são significadas no jornalismo do país em contraposição a áreas da Tecnociência, foram selecionadas duas reportagens de *Isto É* abordando 1) o lançamento de um dicionário adaptado às novas normas ortográficas e 2) a vacinação contra a gripe A. Esses textos foram analisados à luz da Teoria da Enunciação, especialmente da Semântica do Acontecimento, e da História das Ideias Linguísticas. Os resultados indicam que tanto as tecnociências quanto as Ciências da Linguagem são apresentadas no jornalismo a partir dos seus produtos científicos, ao mesmo tempo em que os significados associados à última se vinculam mais fortemente ao campo das Artes do que ao das Ciências.

**Palavras-chave:** Jornalismo; Divulgação científica; Ciências da Linguagem; Teoria da Enunciação; Semântica do Acontecimento.

**Resumen:** Este artículo presenta una discusión sobre las formas de divulgación periodística de distintas áreas de la ciencia en Brasil. Con el objetivo de investigar cómo las Ciencias del Lenguaje son significadas en el periodismo del país en contraposición a las áreas de la Tecnociencia, fueron seleccionados dos reportajes de *Isto É* tratando sobre 1) el lanzamiento de un diccionario adaptado a las nuevas normas ortográficas y 2) la vacunación contra la Gripe A. Los textos fueron analizados bajo la luz de la Teoría de la Enunciación, especialmente de la Semántica del Acontecimiento, y de la Historia de las Ideas Lingüísticas. Los resultados señalan que tanto las Tecnociencias cuanto las Ciencias del Lenguaje son presentadas en el periodismo a partir de sus productos científicos, al mismo tiempo que los significados asociados a la última se vinculan más fuertemente al campo de las Artes que al de las Ciencias.

**Palavras-clave:** Periodismo; Divulgação Científica; Ciências del Lenguaje; Teoría de la Enunciación; Semántica del Acontecimiento.

<sup>1</sup> Professora Doutora da UFSM.

<sup>2</sup> Professora Mestre da UFSM.

## Introdução

O jornalismo científico, especialidade que se dedica à cobertura de fatos da ciência dita tradicional, teve início com o próprio advento da imprensa de tipos móveis, em meados do século XV, acelerando a criação de uma comunidade de cientistas na Europa e fazendo com que ideias e ilustrações científicas se tornassem disponíveis a um número maior de pessoas. No final do século XIX, essa especialização jornalística recebe um grande impulso e se expande pela Europa e América do Norte, de modo que, depois da primeira guerra mundial, jornalistas dos dois continentes criaram as primeiras associações de jornalismo científico, com o intuito de reunir informação e conhecimento para interpretar as novas tecnologias bélicas (OLIVEIRA, 2005).

No Brasil, porém, o atraso científico e a repressão à imprensa decorrente dos constantes governos ditatoriais fizeram com que ciência e jornalismo científico passassem a fazer efetivamente parte da agenda governamental e social apenas depois da segunda guerra mundial, tendo como primeiro fato marcante a criação da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Assim, embora já houvesse no país, antes desse período, algumas tentativas incipientes de divulgação científica, são considerados marcos iniciais da atividade no Brasil, pela sua importância histórica, a cobertura jornalística da Guerra de Canudos por Euclides da Cunha, que teve como resultado o livro *Os Sertões*, e a coluna científica semanal de José Reis na Folha de São Paulo, que durou de 1947 até 2002. José Reis também ajudou a fundar a associação brasileira de jornalismo científico, em 1977, em São Paulo (OLIVEIRA, 2005).

A partir da década de 80, essa área recebeu grande impulso no Brasil com a criação de revistas especializadas como *Ciência Hoje*, *Globo Ciência* e *Superinteressante*. Também jornais e revistas de assuntos gerais passaram a dar espaço para esses temas, assim universidades e institutos de pesquisa criaram seus próprios meios de divulgação jornalística da ciência (OLIVEIRA, 2005). Atualmente a oferta de conteúdo científico no jornalismo é, no Brasil, quantitativamente grande, o que contudo, não significa que tenha atingido bons patamares de qualidade. Dessa forma, podemos citar entre suas atuais defasagens a má qualidade de formação dos jornalistas, como aponta a própria autora, e a desigual distribuição dos conteúdos entre as diferentes áreas científicas.

Tendo em vista esse último aspecto, este estudo procura investigar como as ciências da linguagem são noticiadas no jornalismo em comparação com outras áreas da ciência. Observaremos, então, se existem formas de divulgação diferenciadas para campos científicos distintos e como isso é materializado nas páginas jornalísticas de uma revista brasileira que não se propõe científica, mas de assuntos gerais: a revista **Isto é**. Para tanto, selecionamos duas reportagens presentes nesse periódico, veiculadas no mês de abril de 2010, que abordam a vacinação contra a gripe A (ciência farmacêutica) e o lançamento de um novo dicionário adaptado às novas normas ortográficas (ciências da linguagem).

Esses textos serão analisados à luz da Teoria da Enunciação, discutindo aspectos como acontecimento enunciativo, espaço de enunciação, cena enunciativa e sujeitos enunciadores. Também será verificado como os sentidos para ciência, sujeitos da ciência

e produtos científicos se inscrevem na materialidade linguística com a reescritura ao longo do texto a partir de procedimentos de designação por referência.

Este artigo inicia com a apresentação de um referencial teórico sobre a relação entre divulgação científica e ciência linguística, seguida dos princípios e procedimentos teórico-metodológicos utilizados para este estudo. Na sequência, trazemos os resultados da análise interpretados com base no referencial teórico e metodológico. Por último, efetuamos uma síntese dos resultados e comentários finais sobre o assunto.

### **Referencial teórico: ciência linguística e jornalismo científico**

Guimarães (2009) afirma que, nas condições históricas atuais, o domínio da ciência e da tecnologia tem um lugar fundamental na vida das pessoas, que esperam de ambas bem-estar, cura, diversão, trabalho, entre tantas outros benefícios. A ciência conquistou, segundo Auroux (2008), um espaço social de validação, que é indispensável para seu funcionamento harmonioso: um espaço em que a população reconhece a justificativa da existência e as escolhas das comunidades científicas como se tratassem de valores aos quais todos aderem.

Esse reconhecimento *apriorístico* é necessário até porque a ciência não é acessível a todos, devido a fatores como a forte codificação e as dificuldades de aprendizagem (AUROUX, 2008). Além disso, o contato entre cientistas e população em geral é escasso, de modo que é necessário um mediador para que os conhecimentos científicos cheguem até a população. Esse papel, geralmente, é exercido pelos meios de comunicação, através do chamado “jornalismo científico” (OLIVEIRA, 2005).

Assim, conforme Guimarães (2009), de um lado, temos a circulação do conhecimento no interior da chamada comunidade científica. Nesse caso, o conhecimento se dá numa cena enunciativa em que locutor e destinatários são especialistas. E isto se formula por “línguas” específicas de cada domínio de ciência. De outro lado, temos um percurso que busca alcançar setores da sociedade ou a sociedade como um todo. Nesse caso, a cena enunciativa tem como destinatário o público que espera os resultados da ciência. Entra-se, assim, no domínio da divulgação científica e, como um ramo desta, o jornalismo científico.

O processo de divulgação científica por meio do jornalismo começa com a necessidade de identificação do próprio “fato científico”. O que é um acontecimento da ciência? E sendo um acontecimento da ciência, ele também é um acontecimento jornalístico?

Para Auroux (2008), os conhecimentos não são acontecimentos e, por conseguinte, não têm data. São os seus eventuais aparecimentos que têm. E para atribuir uma data é necessário construir uma permanência ou uma identidade para os conhecimentos, como em “o teorema de Pitágoras”, “a teoria do imperfeito”. Já os acontecimentos jornalísticos são selecionados a partir dos chamados “critérios de noticiabilidade”, entre os quais se incluem valores-notícia como atualidade, interesse público e novidade (TRAQUINA, 2005).

Guimarães (2001) observa que muitos acontecimentos de ciência não são acontecimentos de mídia. Um exemplo trazido pelo autor foi a grande divulgação midiática

dos encontros da SBPC na década de 70, os quais hoje não têm mais espaço nos jornais. Para ele, tal evento teve repercussão na mídia menos pelo aspecto científico do que pelo político que assinalava uma resistência à ditadura. Atualmente, conclui o autor a partir da observação de um conjunto de notícias veiculadas nas revistas *Época*, *Isto é* e *Veja*, os acontecimentos do desenvolvimento científico e tecnológico são notícia enquanto relacionados predominantemente ao desenvolvimento tecnológico. O conhecimento em si não é notícia para a grande mídia. O trabalho do cientista, o processo de produção de conhecimento não é notícia, mas sim seus instrumentos, seus resultados contemporâneos. Então, a mídia toma um acontecimento produzido por uma longa história como se ele fosse um acontecimento do presente.

Usando conceitos de “ciência” e “tecnociência” de Auroux (2008), poderíamos dizer que existe uma preferência midiática aos fatos relacionados ao conhecimento científico aplicado (tecnociência) em detrimento do conhecimento científico básico (ciência). Essa ênfase dada pela mídia ao desenvolvimento tecnológico, aos seus produtos, é explicada por Guimarães (2009) não só como resultado de critérios de noticiabilidade jornalísticos, mas por um conjunto de relações político-enunciativas entre Estado, cientista, sociedade e mídia. Para o autor, a mídia reproduz a supervalorização do Estado à tecnociência, representadas especialmente nas suas políticas de fomento.

Se observamos os programas especiais dos agentes de fomento como CNPq, Finep, Fapesp e outros, vemos que eles têm em geral a finalidade de apoiar pesquisas na área da biotecnologia, desenvolvimento tecnológico, informática, energia, meio ambiente. Se observamos, por outro lado, as páginas da imprensa que se dedicam à divulgação científica, ao jornalismo científico, vemos que elas apresentam matérias ligadas às áreas da tecnologia, das ciências da vida e das ciências exatas (GUIMARÃES, 2009, pg. 11)

Assim, existe no discurso da mídia e do Estado, uma divisão idêntica ao discurso tradicional, que separa Humanidades de Ciência e Tecnologia. Essa divisão remete a uma concepção social, pragmática e utilitária do conhecimento, que compreende quase que exclusivamente Ciência e Tecnologia como ciência (GUIMARÃES, 2001). Como efeito disso, segundo o autor, pode-se encontrar nas páginas de jornal um espaço maior destinado à divulgação das ciências exatas, da vida e tecnológicas. As Humanidades são incluídas como ciência, segundo ele, apenas quando elas se reduzem às ciências da vida, quando produzem tecnologia ou estão ligadas a certos artefatos tecnológicos, como um CD a partir de hieróglifos.

A principal preocupação de Guimarães (2001) envolvendo esse fato são seus efeitos sobre a concepção de ciência da população. Por ser a principal mediadora entre povo e cientistas, ao reproduzir a divisão entre ciências e humanidades promovida pelo Estado, a mídia acaba dizendo ao público o que é importante e o que não é em termos de ciência. Além disso, apresenta a ciência como um processo independente dessas mesmas políticas

de Estado, um lugar de descobertas, desvinculado do sociológico, do político, do econômico (HORTA NUNES, 2001).

Para discursivizar a ciência, além dos próprios critérios de seleção e organização dos fatos científicos, é necessário o trabalho direto sobre a materialidade linguística. Ocorre, então, segundo Orlandi (2001), a textualização jornalística do discurso da ciência, cujo objetivo é colocar sob forma acessível ao público os resultados das pesquisas científicas, por meio de um processo linguístico de reformulações (substituições, transformações e também manutenção de certos aspectos formais).

Ainda segundo Orlandi (2001), a textualização jornalística organiza os sentidos de modo a manter um efeito-ciência, em que a terminologia substitui a metalinguagem e serve para dar uma ancoragem científica. Não temos um discurso da ciência, mas sobre a ciência, em que as fórmulas são em geral “eu digo que eles dizem X para que vocês entendam”. E no intuito de “fazer-se entender”, José Horta Nunes (2001) identifica mais do que estratégias de paráfrase, mas também o uso de conhecimentos não-científicos, como profecias e folclore, propiciando uma identificação do leitor com a ciência, apesar da ruptura que se opera entre o erudito/científico e o popular na sociedade.

Considerando então os aspectos apresentados até então envolvendo a discursivização da ciência pela mídia, em especial pelo jornalismo, em que pesam fatos históricos, políticas de Estado, tentativas de adequação linguística, perguntamos: como os fatos da língua e as Ciências da Linguagem se inserem nessa perspectiva? Se ela faz parte das Humanidades, a sua representação jornalística também a diferencia das tecnociências?

A Linguística, motivada pelos sucessos da física e pelo positivismo do século XIX, procurou constituir por quase todo o século XX um objeto enxuto e higienizado, aproximando-se das Ciências Exatas e servindo de parâmetro de cientificidade para as outras Ciências Humanas (OLIVEIRA, 2007). O caráter abstrato da teoria- notadamente a gerativista- passou a ser sinônimo de cientificidade, o que teve incidência, inclusive sobre as fontes de financiamento (Rajagopalan, 2006). Mesmo com esse esforço de aproximação das Ciências Exatas, da Vida, Tecnológicas, ocorrido especialmente com o estruturalismo, teriam conseguido as Ciências da Linguagem associarem-se àquilo que Estado, mídia e população entendem por ciência?

Auroux (1992) também apresenta um outro conceito aplicado às Ciências da Linguagem: o de “instrumentos linguísticos”. Assim como o medidor de pressão é um instrumento médico, para o autor (2002), gramáticas e dicionários são instrumentos linguísticos. Estes são produtos (objetos com utilidade prática), por trás dos quais está a teoria linguística. Se a mídia costuma divulgar a tecnociência, justamente a partir dos instrumentos que ela produz, também a ciência da linguagem teria espaço na mídia a partir desses instrumentos linguísticos?

Por fim, muitos linguístas (BAGNO, 2001 e 2008; RAJAGOPALAN, 2006; OLIVEIRA, 2007) lamentam o fato de estarem pouco presentes na mídia para falar de assuntos de linguagem, para os quais gramáticos e membros da ABL parecem ter preferência. Então, quem seriam os sujeitos produtores de conhecimentos sobre a língua para os veículos de comunicação? Quem tem legitimidade para falar da língua na mídia?

---

## Princípios e procedimentos teórico-metodológicos: Teoria da Enunciação

Pela descrição realizada até aqui, quanto se trata do discurso jornalístico sobre ciência, entra em jogo uma noção fundamental: a de acontecimento. Poderíamos afirmar que cabe ao jornalista transformar um “acontecimento científico” (AUROUX, 2008) – o qual pode estar associado a um “acontecimento histórico” (ORLANDI, 2007) - em um acontecimento discursivo (ORLANDI, 2007). E se tomarmos esse acontecimento discursivo à luz da Teoria da Enunciação, mais especificamente da “Semântica do Acontecimento” (GUIMARÃES, 2005), estaremos diante de um “acontecimento enunciativo”.

De acordo com Guimarães (2005), a proposta da semântica do acontecimento é considerar que a análise da linguagem deve localizar-se no estudo da enunciação, do acontecimento do dizer. Nesse caso, a enunciação é entendida como um acontecimento no qual se dá a relação do sujeito com a língua. Já o acontecimento, ao invés de ser um fato na linha tempo, é antes um fato temporalizador. E isso ocorre porque todo acontecimento de linguagem só possui significação porque projeta em si um futuro ao mesmo tempo em que funciona por um passado. Assim, a temporalidade do acontecimento da enunciação traz sempre uma disparidade temporal entre o tempo do acontecimento e a representação da temporalidade pelo locutor.

Já o locutor se inscreve no acontecimento da enunciação sempre de uma maneira política, entendida por Guimarães (2005, p. 16) como “um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento”. O acontecimento de linguagem só é político por se dar no que o autor chama de “espaços de enunciação”, os quais constituem espaços de funcionamento das línguas, que se dividem, redividem, misturam, em uma disputa incessante, com sujeitos divididos em seus direitos de dizer e modos de dizer. Trata-se de uma disputa entre línguas diferentes ou dentro da mesma língua, onde o que importa é que a divisão é sempre marcada por uma hierarquia política de identidades.

Nesse espaço de enunciação, ainda seguindo as definições do autor, ocorrem cenas enunciativas, em que se configuram modos específicos de acesso à palavra. Assim, formam-se lugares constituídos pelos dizeres e ocupados por pessoas que, embora não sejam, acreditam ser donas desse dizer. São lugares sociais de locutor, como por exemplo, a partir do que nos interessa nesse estudo, de locutor-jornalista e locutor-cientista.

Para entender como se configura o acontecimento na enunciação, Guimarães (2005, p. 08) se propõe a estudar o processo de reescritura da palavra no texto, a qual, ao ser reescriturada já não significa o mesmo porque já está afetada pelo novo domínio em que aparece. Trata-se de observar os “procedimentos pelos quais a enunciação de um texto rediz insistentemente o que já foi dito”, por meio de processos como anáforas, substituições, repetições, elipses. Uma forma de observar esses processos é fixando o olhar sobre procedimentos linguísticos como a *designação por nomeação* e a *designação por referência*. A primeira diz respeito à relação em que se está diante de um nome único para um objeto único, uma situação em que se está na ordem do memorável. No segundo caso, se está diante de um fato da ordem da substituibilidade, como modo de determiná-lo, de

predicá-lo.

A partir das noções de acontecimento, este estudo buscará discutir a inscrição dos fatos discursivos analisados como acontecimentos científicos, históricos, discursivos e enunciativos. Para isso, tendo em vista o conceito de reescrituração, pretende observar, a partir das categorias de designação (por referência), que sentidos são atribuídos:

- 1) aos sujeitos da ciência
- 2) à ciência
- 3) ao produto

O corpus de análise será constituído de duas reportagens, uma associada às Ciências Farmacêuticas e outra às Ciências da Linguagem, veiculadas pela revista **Isto é**, no mês de abril de 2010. A primeira, **Reforço contra a gripe suína**, trata do início da vacinação contra a gripe A e a segunda, **O dicionário que fala uma nova língua**, do lançamento de um novo dicionário (ver anexo 1).

### **Resultados e discussão: Ciências da Linguagem no jornalismo científico**

Vamos iniciar nossa discussão observando a questão do “acontecimento”, que envolve os temas selecionados para análise. A reportagem **Reforço contra a gripe suína** se vincula ao acontecimento histórico que foi a epidemia de gripe A, inicialmente chamada de suína, que acometeu diversos países do mundo no início de 2009. Independentemente dos exageros de divulgação da imprensa e até das diversas suspeitas de envolvimento de laboratórios químicos na criação do vírus e do pânico em torno dele, a gripe suína marcou o ano de 2009 com mortes, fechamento de fronteiras, uso de máscaras, cancelamento de atividades escolares, entre outros fatos. Um dos resultados desse acontecimento histórico foi a elaboração da vacina e a larga campanha de vacinação promovida pelo governo federal brasileiro no ano de 2010, que está sendo noticiada por Isto é.

Do mesmo modo, a reportagem **O dicionário que fala uma nova língua** se liga ao acontecimento histórico da reforma ou acordo ortográfica(o), promovido pelos países falantes de Língua Portuguesa. Trata-se de uma padronização na escrita, com impacto sobre de 1 a 3% das palavras dessa língua, conforme seu país de fala. Sem dúvida, uma alteração pequena, mas que igualmente obteve grande repercussão social, que incluiu cartilhas explicativas, alvoroço nas escolas, cursos *online*, novas gramáticas e dicionários, entre outros fenômenos capazes de dar conta da ânsia popular em “escrever certo”. Como resultado desse acontecimento histórico temos o lançamento de dicionários adaptados à nova ortografia, noticiados em Isto é.

Assim, seguindo Orlandi (2007), poderíamos dizer que a gripe A e a reforma ortográfica, por serem acontecimentos históricos, geraram um acontecimento discursivo em torno de si, visível, entre outros espaços, na imprensa, e aqui representado pelas reportagens sobre a vacina e sobre o novo dicionário.

Em termos de acontecimento científico, temos a criação de uma vacina, até então inexistente, contra o vírus. As Ciências Farmacêuticas, motivadas pela disseminação do vírus, direcionaram seu trabalho de pesquisa para essa área, gerando novos conhecimentos científicos, materializados por fim em um produto científico de aplicação, a vacina. Do mesmo modo, a reforma ortográfica motivou não a criação do dicionário, cujo trabalho de elaboração é por demais demorado, mas sua adaptação a esse novo padrão ortográfico da língua. O dicionário pode ser entendido como um produto científico decorrente da pesquisa na área das Ciências da Linguagem por seu trabalho de garimpagem de novas palavras e de novos sentidos para palavras já existentes.

Pode-se dizer, então, segundo a lógica proposta por Auroux (2008), que a vacina e o dicionário criaram a identificação (“é uma vacina”, “é um dicionário”) e o “datamento” (“na data X foi iniciada a vacinação”, “foi lançado”, “foi concluído”), necessários para que o conhecimento científico se torne visível como acontecimento jornalístico. Também, conforme Auroux (1992), o dicionário constitui um instrumento (ou produto) lingüístico, enquanto a vacina pode ser classificada como um instrumento (ou produto) farmacêutico.

Os acontecimentos histórico e científico preencheram os ditos “critérios de noticiabilidade” (TRAQUINA, 2005) necessários para se tornarem também acontecimentos jornalísticos. Conforme observou Guimarães (2001) para o encontro de SBPC na década de 70, cuja divulgação na imprensa se devia mais ao fato político que ele representava em um período ditatorial do que ao seu valor científico propriamente, também a vacina contra a gripe A se tornou acontecimento jornalístico por seu vínculo com o acontecimento histórico da epidemia da gripe. Essa constatação pode vir do simples raciocínio de que muitas vacinas são criadas anualmente sem que obtenham esse espaço na mídia. O mesmo se aplica aos dicionários. Dicionaristas produziram e editoras lançaram dicionários com relativa freqüência no mercado, ao longo dos séculos XX e XXI, em geral, com pouco interesse da mídia. Dessa forma, também o novo dicionário se tornou acontecimento jornalístico por sua relação com o acontecimento histórico do acordo ortográfico.

Assim, concordamos com Guimarães (2001), quando argumenta que a produção do conhecimento em si não tem valor de notícia, mas sim seus produtos, seus instrumentos, como é o caso da vacina (produto farmacêutico) e do dicionário (produto lingüístico). Acrescentaria ainda, que mesmo esses produtos para se tornarem notícia têm ainda de estar vinculados a outros valores, como acontecimento histórico, que crie uma maior mobilização social em torno dele. Como um dos principais critérios de noticiabilidade do jornalismo é a atualidade dos fatos, ele insere também a ciência dentro dessa perspectiva, de modo que para a ciência ser notícia ela tem de estar ligada a um fato atual, como algum um lançamento, uma campanha, um evento de demonstração, um teste ou um recorde de vendas, por exemplo. E isso contribui para outro aspecto já apontado por Guimarães (2001): para um tratamento a-histórico da ciência.

Em termos de acontecimento enunciativo, as notícias sobre a vacina e sobre o dicionário se dão, antes de tudo, em um espaço de enunciação de língua portuguesa de variante brasileira, padrão, escrita e de estilo jornalístico. Nesse espaço de enunciação, constrói-se uma cena enunciativa que envolve um locutor-jornalista invariavelmente, como

redator da reportagem, e outros locutores considerados autorizados a falar sobre os temas em questão, sejam eles locutores-cientistas ou não.

Com base no conceito de designação por referência, proposto por Guimarães (2005), podemos identificar quem são os locutores autorizados a falar nas reportagens de Isto é e como eles são identificados pelo locutor-jornalista. Esses processos evidenciam quais sentidos são produzidos em torno dos produtos científicos aqui observados, a partir da escolha e da designação de sujeitos autorizados e competentes a falar sobre eles. O quadro abaixo demonstra esse fato.

<b>Sujeitos das Ciências da Linguagem</b>	<p><b>Criadores do produto:</b> <i>Sacconi/ o autor/ pesquisador preciosista e compulsivo/ dicionarista.</i></p> <p><b>Comentaristas do produto:</b> <i>especialista em livros didáticos/ professora da Universidade X/ cantor, compositor e articulista/ poeta, filólogo e primeiro secretário da ABL/ escritor e jornalista e autor do Best Seller intitulado "O pai dos Burros"/ a professora gaúcha/ escritora e autora de programas de televisão.</i></p>
<b>Sujeitos das Ciências Farmacêuticas</b>	<p><b>Criadores do produto:</b> <i>não há menção</i></p> <p><b>Comentaristas do produto:</b> <i>infectologista do Instituto de infectologia X/infectologista do hospital X/ infectologista do Hospital Y.</i></p>

Quadro I - Sujeitos da enunciação

O quadro acima demonstra que no caso da vacina não há menção aos cientistas elaboradores desse produto farmacêutico, nem sequer ao laboratório ao qual estão vinculados. Já no tratamento dado ao dicionário, há identificação constante do seu produtor, "Sacconi", o qual fornece, inclusive um depoimento ao jornalista. Isso retira do produto vacina a ideia de autoria e atribui sua produção ao trabalho anônimo e coletivo, como se pressupõe ser o trabalho da ciência. Já o dicionário tem sua autoria reescrita ao longo do texto por designações por referência como "autor", "dicionarista", "pesquisador". Nessas designações, vemos que os sentidos flutuam entre o cientista (pesquisador), o cientista especializado (dicionarista) e o executor de uma obra (autor), nesse caso, literária.

No que diz respeito aos sujeitos autorizados a falar sobre tais produtos científicos, vemos que, no caso da vacina, temos apenas os cientistas especializados (*infectologistas*), referenciados durante todo o texto apenas por seu título de especialização e vinculados a diferentes espaços institucionais (hospitais, institutos) de produção de conhecimento científico relacionado a vacinas. Já no caso do dicionário, são chamados a compor a cena enunciativa sujeitos com diferentes especializações e não necessariamente vinculados à produção de conhecimento lingüístico, como uma *especialista em livros didáticos*, um *cantor, compositor e articulista*, um *poeta, filólogo e primeiro secretário da ABL*, um *escritor e jornalista e autor do Best Seller intitulado "O pai dos Burros"* e uma *escritora e autora de programas de televisão*. Trata-se de sujeitos cujas profissões exigem um conhecimento epilingüístico da linguagem, mas não metalingüístico (conforme definição de AUROUX, 1992). E mais do que isso, com

exceção da especialista em livros didáticos, os demais se vinculam em ampla medida ao campo das artes (poeta, compositor, escritor) e são designados como tal de forma enfática, por várias especialidades artísticas combinadas: “cantor, compositor e articulista” ou um “poeta, filólogo e primeiro secretário da ABL”. A escolha desses sujeitos, assim como essas escolhas designativas, aproximam novamente as Ciências da Linguagem da arte e a afastam da concepção tradicional de ciência.

Além disso, apenas uma linguista pode ser entendida como tal no texto, porém sem ser designada como linguista. Ela é apresentada apenas como professora universitária e coordenadora de uma *pesquisa inédita sobre neologismos*. O próprio Sacconi é apresentado como *dicionarista* e não *linguista*. Esse fato vem ao encontro das críticas de Bagno (2001 e 2008), Rajagopalan (2006) e Oliveira (2007) sobre a ausência de linguistas na mídia quando o assunto é sua especialidade: língua.

Voltando às questões de autoria, vemos que o próprio produto linguístico, o dicionário, é nomeado a partir de seu produtor *Grande dicionário Sacconi da Língua Portuguesa*, corroborando uma prática muito comum entre dicionaristas de personalizar o dicionário como obra sua, como se fosse resultado do trabalho de uma única pessoa e não da pesquisa científica coletiva. Também isso aproxima o produto científico linguístico de uma produção artística ao invés de científica. Vejamos como o dicionário é designado por referência na reportagem.

<b>Produto linguístico</b>	<i>Dicionário/ instrumento de formação/ resultado de quatro décadas de pesquisa/ Grande dicionário Sacconi da Língua Portuguesa/ a obra/ novo dicionário/ dicionário recém-lançado/ mais que um tradutor de palavras/ a obra de Sacconi/ o Sacconi/ menina dos seus olhos/ pai dos burros/ livro de cabeceira/ o próprio Sacconi/ seu trabalho/ meu trabalho.</i>
<b>Produto farmacêutico</b>	<i>Vacina/ reforço contra a gripe suína/ vacina H1N1/ vacina A/ medicamento contra o vírus/ novo medicamento contra o vírus/ droga/ remédio/ novo remédio contra o H1N1</i>

Quadro II- as designações para o produto científico

Enquanto o produto farmacêutico é designado por palavras cujo sentido não foge muito da terminologia técnica (*vacina, medicamento, remédio, droga*) e de sua função (*reforço contra a gripe suína*), os sentidos para o dicionário são reescritos a partir do campo da arte (*obra, menina dos olhos, livro de cabeceira*), de sua função (*instrumento de formação, mais que um tradutor de palavras*) e de seu próprio autor (*a obra de Sacconi, o Sacconi, o próprio Sacconi*). Nesse último caso, a estratégia concorre para a própria publicização do autor.

Vemos então que, embora vacina e dicionário sejam produtos/instrumentos científicos, eles recebem tratamentos e sentidos diferentes nas páginas da mesma revista, de modo que a vacina parece mais ciência do que o dicionário. Assim, embora a Linguística enquanto área de conhecimento tenha mostrado ao longo de sua existência essa tentativa de aproximação com as Ciências Exatas, conforme Rajagopalan (2006) e Oliveira (2007), para a mídia essa proximidade não existe, uma vez que o estudo da língua é visualizado não por seu método, com testes, rigor, generalizações, mas por seu uso social.

Não espanta, porém, que a interpretação jornalística seja essa, até porque nas próprias universidades os cursos de Letras se vinculam a cursos de “veia artística”: Comunicação, Artes Visuais, Teatro, Design. A mesma vinculação e tratamento são dados às Ciências da Linguagem pelas políticas de Estado, o que reafirma a observação de Guimarães (2009) de que mídia e Estado compartilham a mesma concepção do que é mais ou menos ciência.

Nosso último interesse de observação dizia respeito à designação por referência da área da ciência envolvida no processo de produção desses produtos científicos, ou seja, a qual (ou quais) campo do saber seria atribuído o mérito do desenvolvimento do produto. Porém, ao contrário do que esperávamos, essa informação parece não ter muita importância ou estar pressuposta na apresentação das especialidades dos entrevistados. Assim, a ciência responsável pela produção da vacina não é mencionada e a opção por atribuir esse feito às Ciências Farmacêuticas foi nossa, por uma questão de conhecimento prévio. As Ciências da Linguagem, por sua vez, foram mencionadas, contudo, em uma única passagem, que não remete exatamente à área científica assim nomeada, mas a um campo de fenômenos envolvendo a língua: *“Uma língua não pára de incorporar novas expressões, devido, principalmente, a um fenômeno da lingüística chamado neologia”*.

Ciências da Linguagem	Linguística
Ciência Farmacêutica	-

Quadro III – As designações para a ciência

Partindo da observação e Guimarães (2001 e 2009) de que existe nas editorias das grandes revistas do país uma evidente divisão entre Ciências Exatas, Naturais, da Vida e Humanas, procuramos verificar em que editoria da revista tais reportagens são alocadas. Essa descrição é visível no quadro abaixo:

<p><b>Reportagem 1:</b> <i>Reforço contra a gripe suína. Brasileiros começarão a testar novo medicamento contra o vírus. E o governo registra baixa adesão à campanha de vacinação.</i></p> <p><b>Editoria:</b> <b>Medicina &amp; Bem-estar</b></p> <p>Data: 16 de abril de 2010</p> <p>Edição: 2110</p>	<p><b>Reportagem 2:</b> <i>O dicionário que fala uma nova língua. Chega às livrarias o Sacconi, a mais atualizada obra do gênero e primeira a incorporar comentários, inovar no registro de passagens históricas e seguir rigorosamente a nova ortografia</i></p> <p><b>Editoria:</b> <b>Cultura</b></p> <p>Data: 23 de abril de 2010</p> <p><b>Edição:</b> 2111</p>
--	--

Quadro 4- Editorias das reportagens

Assim, a reportagem sobre o dicionário faz parte de uma editoria chamada “Cultura”, e dentro dela de uma seção fixa chamada “Livros”. Já a reportagem sobre a vacina se inclui em uma editoria chamada “Medicina e bem estar”, sem uma seção fixa.

Brasil	Especial
Cultura	Mundo
Comportamento	Economia e Negócios
Medicina e bem-estar	Tecnologia e meio ambiente

Quadro 5- Editorias de Isto é

Vemos assim, que novamente o produto linguístico, o dicionário, é associado à arte, ao ser inserido em uma seção que trata de livros, cinema, artes visuais. Outra editoria em que as Ciências da Linguagem poderiam ser inseridas é a de “Comportamento”, em geral utilizada para divulgar conhecimentos que academicamente chamaríamos de “Sociais” ou “Humanos”. Mas isso não é efetuado, até pelo próprio caráter do produto linguístico em questão: trata-se de um livro, logo de literatura, logo de arte. Essa alocação justifica o tom “comercial da reportagem”, já que os produtos comentados na seção de cultura em geral aparecem a partir de julgamentos de valor feitos por críticos de literatura, de cinema, de artes plásticas.

As outras editorias fixas da revista são “Especiais”, “Brasil”, “Mundo”, “Tecnologia e meio ambiente”, “Economia e Negócios”. Pela própria nomeação das editorias, vemos que não há uma divisão evidente entre fatos científicos e outros fatos não-científicos, o que poderia ser evidenciado por uma editoria nomeada de “Ciência”, por exemplo, em oposição à “Cultura” ou “Comportamento”. Assim, os fatos científicos, pelo menos em Isto é, são distribuídos em editorias organizadas mais bem “por assuntos” do que por “grau de cientificidade”, embora assuntos humanos sejam separados de assuntos tecnológicos, médicos ou ambientais.

### Considerações finais

Os resultados da análise mostram que o acontecimento histórico é um fator jornalisticamente determinante para a divulgação do acontecimento científico na revista Isto é, que é uma revista de assuntos gerais. Assim, tanto o lançamento do dicionário quanto o início da campanha de vacinação contra a gripe A são o carro-chefe da notícia, ao qual a produção científica se vincula mais bem como pano de fundo. Essa importância do acontecimento histórico também pode ser observada no fato de que as editorias da revista não separam ciência de não-ciência explicitamente, como poderiam realizar a partir da criação de uma editoria denominada “Ciência”, por exemplo. Os assuntos científicos são, então, distribuídos em editorias identificadas por assuntos (medicina e bem-estar, comportamento, economia e negócios, etc.).

Outro critério importante na seleção de notícias científicas para divulgação jornalística é a questão do produto científico, nesse caso farmacêutico por um lado e lingüístico por outro, de modo que não é a produção do conhecimento e sua historicidade que interessam ao jornalismo científico, mas sim o seu resultado material, nesse caso, uma vacina e um dicionário. O jornalismo, por adotar a atualidade como critério de noticiabilidade, faz com que a divulgação da ciência dependa de fatos atuais para ter visibilidade, como lançamentos, campanhas, testes.

Com relação às formas de divulgação das distintas ciências pelo jornalismo, vemos que elas variam no que no que diz respeito aos sujeitos autorizados a falar sobre o produto científico em questão. Dessa forma, nas Ciências Farmacêuticas, não existe atribuição de autoria ao produto científico, ao passo que nas Ciências da Linguagem existe, ocorrendo uma atribuição individual de autoria, como se fosse uma elaboração independente do trabalho de outros dicionaristas e da própria Ciência da Linguagem. Desse modo, as Ciências Farmacêuticas pressupõem trabalho coletivo, tal qual prevê a produção do conhecimento científico, enquanto as Ciências da Linguagem pressupõem trabalho individual, tal qual o artístico.

Esse sujeito produtor do dicionário é designado por referência, na maioria das vezes, pelo seu próprio nome, por “autor” e por “dicionarista”. O nome próprio, Sacconi, que nomeia também o produto dicionário, assim como a designação “autor”, remete à produção artística individual. Já “dicionarista” remete a uma especialidade dentro das Ciências da Linguagem, tal qual “infectologista” está para as Ciências Farmacêuticas. Nesse aspecto, as duas ciências apresentam semelhanças. Porém, esse sujeito não é designado como “linguista” na textualidade da reportagem, mas apenas como *dicionarista*. Tampouco o linguista é o único sujeito autorizado a comentar os resultados da sua ciência, ao contrário do que ocorre com o cientista das Ciências Farmacêuticas, como veremos abaixo, e quando isso ocorre, ele não é mencionado por essa designação, mas por “professor”.

Assim, diferem as pessoas autorizadas a falar sobre o assunto nas duas reportagens: nas Ciências Farmacêuticas, apenas infectologistas são trazidos para comentar o tema, isto é, profissionais especializados numa área dessa ciência, que atuam como cientistas em hospitais e institutos de pesquisa. Já nas Ciências da Linguagem estão autorizados a comentar o tema profissionais não-cientistas e não vinculados às Ciências da Linguagem, tais como jornalistas, escritores, produtores de televisão, cantores, que podem ser mais bem caracterizados como detentores de conhecimento epilingüístico e com atividades vinculadas à arte.

A vinculação da ciência lingüística à arte também é marcada pela inserção da reportagem analisada na editoria *Cultura*, em uma seção denominada *Livros*. Assim, a ciência lingüística é significada pelo seu produto, que por sua vez é historicamente vinculado à literatura ficcional, que é arte. Certamente um livro de farmacologia não estaria alocado ali. O modo como o próprio produto dicionário é reescrito por designação por referência também o associa a sentidos artísticos (*a obra, a menina dos olhos*), o que é reforçado pela atribuição de autoria individual do produto, como já comentado anteriormente.

Vemos que, além desses atributivos, o dicionário recebe outros mais variados e com significativa criatividade semântica (*instrumento de formação, resultado de quatro*

décadas de pesquisa, mais que um tradutor de palavras, etc), enquanto a vacina é tratada de maneira mais objetiva, por terminologia técnica (*droga, medicamento, remédio*), logo, com sentidos mais controlados. Essa seleção linguística revela a vinculação do produto com a concepção de ciência do locutor: Ciências da Linguagem são arte, logo, permitem mais criatividade nas palavras, enquanto Ciências Farmacêuticas são ciência, logo, exigem marcas enunciativo-discursivas mais objetivas.

Por fim, vemos que tanto para as Ciências Farmacêuticas quanto para as Ciências da Linguagem não é considerado fundamental pelo jornalismo científico citar a área da ciência da qual cada uma faz parte, a ponto de apenas a Linguística receber uma pequena menção no texto, remetendo, porém, mais à área de fenômenos do que à área da ciência.

Desse modo, observa-se que existem diferenças na divulgação jornalística das distintas ciências, que são reveladoras da concepção de ciência que permeia o senso comum, o Estado e até a comunidade científica. Tal concepção separa áreas mais ou menos científicas, dividindo Ciências Exatas, Naturais e Tecnológicas das Ciências Humanas. E, nesse contexto, as Ciências da Linguagem são situadas notadamente como Artes e a partir de seus produtos linguísticos.

### Referências Bibliográficas

- AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Campinas: Unicamp, 1992.
- AUROUX, S. **A questão da origem das línguas seguido de A historicidade das ciências**. Campinas: Editora RG, 2008.
- BAGNO, M. **A dupla personalidade lingüística da mídia impressa: discurso prescritivista X prática não normativa**. Seminário "Mídia, educação e leitura", 13º Congresso de Leitura do Brasil – COLE. Campinas, julho de 2001. Disponível em [http://www.marcosbagno.com.br/conteudo/arquivos/art\\_dupla\\_personalidade\\_midia.htm](http://www.marcosbagno.com.br/conteudo/arquivos/art_dupla_personalidade_midia.htm)
- BAGNO, M. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 50 ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- GUIMARAES, E. (Org). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, mídia e sociedade**. Campinas: Pontes, 2001.
- GUIMARAES, E. (Org). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, mídia e sociedade**. Campinas: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2007.
- GUIMARAES, E. Acontecimento para a grande mídia e a divulgação científica. In: GUIMARAES, E. (Org). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, mídia e sociedade**. Campinas: Pontes, 2001.
- \_\_\_\_\_. A ciência entre as políticas científicas e a mídia. In: GUIMARAES, E. (Org). **Produção e circulação do conhecimento: Estado, mídia e sociedade**. Campinas: Pontes, 2001.

- 
- \_\_\_\_\_ **Semântica do acontecimento**. Campinas: Pontes, 2005.
- \_\_\_\_\_ **Linguagem e conhecimento**: produção e circulação da ciência. In: Revista Rua. Campinas. N. 15, V.2. pg. 5-14. Novembro de 2009.
- NUNES, J. H.. Discurso de divulgação: a descoberta entre a ciência e a não-ciência. In: OLIVEIRA, F. **Jornalismo científico**. São Paulo: Contexto, 2005.
- OLIVEIRA, G. A virada político-lingüística e a relevância social da lingüística e dos lingüistas. In: CORREA, D. **Relevância social da lingüística: linguagem, teoria e ensino**. Ponta Grossa: UEPG/Parábola, 2007.p.79-93.
- ORLANDI, E. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: RAJAGOPALAN, K. **Repensar o papel da lingüística aplicada**. In: MOITA LOPES, L. P. (org).Por uma lingüística aplicada interdisciplinar. São Paulo: Parábola, 2006, pg. 149-168.
- TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. V. 2. Florianópolis: Insular, 2005.

